

O CONTEXTO HISTÓRICO ACERCA DO ENSINO DA GRAMÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR

THE HISTORICAL CONTEXT OF GRAMMAR TEACHING IN EVERYDAY SCHOOL LIFE



AMANDA KEISY PERSECHINO CABRAL

Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Assunção de São Paulo – UNIFAI (2015); Especialização "Latu Senso" em Alfabetização e Letramento, pela Faculdade Metropolitana Unidas – FMU (2021).

RESUMO

O ensino da gramática é um componente central no currículo escolar, fundamental para a formação de falantes e escritores proficientes. No entanto, sua abordagem, muitas vezes baseada na memorização de regras e classificações, tem sido objeto de debate e crítica. Em vez de ser vista como uma ferramenta para aprimorar a comunicação, a gramática é, com frequência, apresentada de forma descontextualizada, o que pode gerar desinteresse e dificuldades de aprendizado. É crucial repensar o método de ensino para que a gramática se torne uma aliada no desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, e não um obstáculo. E, a escrita deste artigo está baseada em pesquisas bibliográficas acerca do tema abordado.

Palavras-chave: Xadrez; Educação; Infantil.

ABSTRACT

Grammar teaching is a central component of the school curriculum, essential for developing proficient speakers and writers. However, its approach, often based on memorizing rules and classifications, has been the subject of debate and criticism. Rather than being seen as a tool for improving communication, grammar is often presented out of context, which can lead to disinterest and learning difficulties. It is crucial to rethink teaching methods so that grammar becomes an ally in the

development of students' communicative competence, rather than an obstacle. This article is based on bibliographical research on the topic.

Keywords: Chess; Education; Early Childhood.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo social expandir o conhecimento sobre o assunto, especialmente no que diz respeito à distinção entre o ensino de gramática e a análise linguística, uma vez que essa é uma das principais dificuldades encontradas ao tentar atender ao currículo desejado.

O ensino da gramática é um componente central no currículo escolar, fundamental para a formação de falantes e escritores proficientes. No entanto, sua abordagem, muitas vezes baseada na memorização de regras e classificações, tem sido objeto de debate e crítica.

Em vez de ser vista como uma ferramenta para aprimorar a comunicação, a gramática é, com frequência, apresentada de forma descontextualizada, o que pode gerar desinteresse e dificuldades de aprendizado. É crucial repensar o método de ensino para que a gramática se torne uma aliada no desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, e não um obstáculo.

Tradicionalmente, a gramática é ensinada de maneira normativa e descritiva, focando em regras rígidas e na nomenclatura técnica. Esse modelo, embora tenha seu valor, falha ao desconectar o conteúdo das situações reais de uso da língua.

Ademais, é evidente que a gramática pode ser interpretada de várias maneiras. Assim, a finalidade dos estudos não é estabelecer uma definição única, mas sim explorar suas diferentes facetas. O intuito é aproveitar essa riqueza para planejar as aulas, permitindo que os alunos compreendam a gramática em sua totalidade, em vez de de forma fragmentada e sem relevância.

DESENVOLVIMENTO

A palavra “gramática” tem suas raízes na língua grega, especificamente no termo *grammatikḗ*, que se traduz como “ciência ou arte de ler e escrever”. Sua origem remonta à Grécia antiga, durante a época clássica, quando filósofos como Platão e Aristóteles se dedicaram a estudar e estruturar as regras do pensamento lógico (NEVES, 1987, p.111).

Sob a colonização portuguesa, o Brasil teve sua educação moldada pela influência pedagógica da Europa. Nos primórdios, o sistema de ensino brasileiro focava apenas na alfabetização. A educação, liderada pelos jesuítas, visava tanto a catequização e alfabetização dos indígenas quanto a formação da elite colonial.

O ensino da língua portuguesa era restrito a uma pequena parte da população que continuava seus estudos em cursos denominados secundários; as aulas incluíam gramática latina, retórica e a análise de importantes autores clássicos.

A inserção da Língua Portuguesa (LP) como parte do currículo escolar ocorreu apenas no final do século XIX. Foi em 1838 que a língua nativa foi adicionada ao programa do curso secundário do Colégio Pedro II, a principal escola média do Brasil, que se tornou referência para diversas outras instituições, tanto públicas quanto privadas, até a metade do século XX. É importante destacar que esse ensino

O ensino de Português era irrelevante, seguindo os padrões do latim, e ocorria paralelamente ao domínio das matérias clássicas, especialmente o latim (PIETRI, 2010, p.73). De maneira geral, nesse período, a educação da Língua Portuguesa visava a formação de membros da elite colonial, uma vez que a maioria dos alunos que frequentava as escolas pertencia à classe alta da sociedade, começando seus estudos no Brasil e prosseguindo na Europa.

A evolução dessa disciplina teve início após 1869, quando a prova de português passou a fazer parte das disciplinas preparatórias para diversos cursos superiores, no colégio Pedro II. Conforme RAZZINI (2000:239), naquela época, o ensino de português era resultado da combinação gradual de práticas educativas e conteúdos provenientes das aulas tradicionais de retórica, poética e gramática.

As atividades eram estruturadas principalmente para facilitar “o estudo do vocabulário, o aprendizado da gramática normativa e histórica, os exercícios de ortografia, as análises ‘lexiológica’ e ‘lógica’, bem como a redação e composição, visando assim a aquisição da norma culta estabelecida” (RAZZINI, 2000). Marcuschi (2000) ressalta que a premissa que orientou o ensino nesse período era a ideia de que “a língua representava um grande retrato da identidade nacional e era o guardião da cultura do país”.

O autor acrescenta que, mesmo com as transformações no ensino de Língua Portuguesa, que na época colonial era guiado por ideais greco-latinos, e as diretrizes do ensino no início do século XX, ambos os períodos da história da Língua Portuguesa no Brasil compartilhavam tanto o público atendido, que era a elite, quanto o foco do ensino, a gramática latina, portuguesa e/ou histórica.

Assim, pode-se afirmar que, por um longo tempo, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil se alinhou à transmissão e estudo convencional da terminologia gramatical.

No que se refere à literatura oficial, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 4024/61, que estabelecia diretrizes para o ensino da gramática, enfocando a prescrição de regras e a assimilação de normas. Essa abordagem resultou no que chamamos de gramática prescritiva ou tradicional, que diz respeito a um conjunto de regras que normatizam a maneira de se comunicar e redigir, em conformidade com o modelo utilizado pelos clássicos, a norma culta.

Dessa maneira, o ensino da gramática se estabelecia de forma isolada, pois “entender a língua materna, além de utilizar termos elaborados por erudição, consistia em compreender as regras que governam a língua. Assim, dominar a língua significava ter conhecimento da gramática, incluindo sua história e suas regras” (ZANINI 1999, p. 80).

O educador, portanto, realizava correções na ortografia, na sintaxe, na concordância e em outros aspectos gramaticais, acreditando que isso contribuía para o aprimoramento da comunicação

e expressão dos alunos (BRASIL, 1998). A aula de língua portuguesa priorizava a aquisição da norma padrão e da gramática normativa, utilizando palavras ou frases extraídas de obras literárias, consideradas exemplos de um uso adequado da língua, com o objetivo de analisar e ensinar as normas e regras para uma “boa fala e escrita”.

A relevância desse ensino, considerado elitista, de língua portuguesa se manteve até a metade do século XX, quando começou no Brasil a expansão do ensino primário público, com o aumento de vagas e, conseqüentemente, a diversificação do público escolar com a inclusão de estudantes de classes populares (PIETRI, 2012).

Esse modelo de ensino passou a ser questionado, especialmente a partir da década de 1960, quando novas condições sociopolíticas, caracterizadas pela democratização do sistema educativo, possibilitaram alterações no perfil dos alunos da escola pública e, assim, uma mudança nas metas da educação nacional.

O conceito de gramática tradicional, de acordo com Mendonça (2006), pode ser interpretado como um “grupo de práticas que se firmaram ao longo do tempo, caracterizadas por sua recorrência, resultando em uma tradição”.

A gramática tradicional (GT), quando surgiu, postulava a ideia de línguas primárias e de dialetos considerados superiores e mais puros do que outros. A língua literária clássica era vista como a única variante verdadeiramente válida, colocando a forma escrita como superior à forma falada. Dentro dessa perspectiva, a língua é percebida como um ente independente e uniforme, o que leva à condenação dos diferentes usos que se afastam das regras estabelecidas pela norma padrão.

Conforme Mendonça (2006), a partir do século XX, os avanços nos estudos linguísticos no Ocidente começaram a criticar e debater o método convencional de ensino da língua nativa, destacando, por exemplo, as falhas teóricas na Gramática Tradicional e a ampliação do conceito de gramática. Isso resultou no desenvolvimento de novas abordagens, como a gramática gerativista e a gramática funcional, que se distanciam do modelo tradicional.



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/gramatica/>. Acesso em 26 ago. 2025.

Assim, essas pesquisas evidenciaram as limitações da gramática convencional, levando alguns grupos de especialistas a concluir que esse tipo de ensino, focado na metalinguagem da norma culta, não é adequado para promover as habilidades discursivas dos estudantes.

Nesse cenário, a linguística viabilizou a elaboração de novos fundamentos teóricos para a prática educacional relacionada à língua nativa, o que tem gerado um impacto significativo na educação do país. Entre os efeitos

Dentre as pesquisas na área da linguística, especialmente aquelas voltadas para a linguística textual e a sociolinguística, é possível destacar a nova visão da língua “como enunciação e discurso”, que abrange as interações entre os falantes, o contexto de uso e as condições sociais e históricas que influenciam essa utilização; a compreensão do texto como a unidade fundamental de interação, o que justifica uma atenção especial em sua abordagem educacional; o reconhecimento da variação linguística como um aspecto natural da linguagem, além do desenvolvimento de conceitos como usos, registros e adequação, assim como a reavaliação do que se considera erro.



Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/gramatica>. Acesso em: 26 ago. 2025.

Apesar das contestações ao foco exclusivo na Gramática Tradicional que estão presentes na literatura acadêmica, e do uso negativo da expressão "tradicional", essa abordagem ainda mantém uma posição de destaque no ensino de idiomas nas instituições de ensino, como observou Ribeiro (2001) em sua pesquisa.

A gramática tradicional é abordada por diversos profissionais como se fosse uma "obra finalizada", focando na apresentação de normas e na realização de exercícios desvinculados de contextos práticos. Assim, os estudantes só se deparam com essas estruturas nos livros ou nas atividades em sala de aula, raramente no seu cotidiano.



Fonte: <https://moodle.ifg.edu.br/course/info.php?id=17257&lang=es>. Acesso em: 26 ago. 2025.

O educador assume o papel de um vigilante da norma culta e, conforme a gramática tradicional, trata de forma separada os campos da fonética/fonologia, morfologia e sintaxe, geralmente através de aulas teóricas expositivas (DRESCH, 2010).

O aluno é considerado apenas um receptáculo das definições e regras gramaticais, devendo escutar as explicações do professor e, a partir disso, realizar uma sequência de exercícios para fixar o conteúdo (RIBEIRO, 2001). Sobre esse panorama do ensino de gramática, Irandé Antunes, em sua obra “Aula de português: encontro e interação”, observa que a fundamentação do ensino gramatical ainda está alicerçada na gramática tradicional, baseada na memorização de normas e terminologias.

Antunes (2003) observa que o ensino de gramática nas instituições de ensino tende a tratar a língua como se fosse uniforme e imutável, ignorando suas diversas variantes e não permitindo que o aluno reflita sobre seu próprio uso da língua.

A autora aponta algumas questões relacionadas ao ensino da gramática nas escolas: os conteúdos são abordados desconectados das situações reais de comunicação; os elementos gramaticais são apresentados em frases separadas e sem contexto; as atividades são criadas apenas para que os alunos memorizem as regras e consigam reconhecê-las, o que não favorece o desenvolvimento da competência comunicativa individual; o foco no ensino da norma culta se destaca, uma vez que esta é a linguagem utilizada por escritores reconhecidos e nas gramáticas tradicionais, levando ao esquecimento das variações linguísticas que não se encaixam em contextos convencionais; a língua é ensinada como se fosse um sistema fixo e imutável, preso a um conjunto de regras estabelecidas nos livros de gramática.

Em 1984, Geraldi, no seu artigo “Unidades básicas do ensino de português”, que faz parte da coletânea “O texto na sala de aula” (2004, p. 3), abordou a linguagem como uma forma de interação social e sugeriu uma nova abordagem para o ensino de português. Essa proposta se fundamenta na leitura, na criação de textos e na Análise Linguística, promovendo uma visão inovadora sobre o sistema linguístico, que contrasta com os métodos tradicionais de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tradicionalmente, a gramática é ensinada de maneira normativa e descritiva, focando em regras rígidas e na nomenclatura técnica. Esse modelo, embora tenha seu valor, falha ao desconectar o conteúdo das situações reais de uso da língua.

Por exemplo, a classificação de orações ou a análise sintática de frases isoladas podem não fazer sentido para o aluno se ele não perceber como esses conceitos se aplicam na construção de um texto coerente ou na interpretação de uma mensagem. O resultado é um aprendizado fragmentado, que não se traduz em uma melhora efetiva na escrita ou na fala.

A ineficácia dessa abordagem é percebida em todos os níveis de ensino. É comum que estudantes, mesmo com um bom desempenho geral, demonstrem dificuldades com a leitura, a escrita e a ortografia, como observado em muitos contextos escolares.

Essa discrepância sugere que a gramática precisa ser ensinada de forma mais contextualizada e funcional. Em vez de decorar as regras do “porquê”, os alunos poderiam, por exemplo, analisar o uso de diferentes formas de conjunção em textos diversos (notícias, poemas, e-mails), compreendendo o seu efeito no sentido. Essa abordagem, que parte do uso para a regra, permite que o aluno construa seu conhecimento de forma mais significativa e duradoura.

A gramática é uma ferramenta indispensável para a expressão clara e a compreensão do mundo. No entanto, o seu ensino nas escolas precisa evoluir de uma abordagem puramente normativa para uma abordagem mais funcional e contextualizada. O foco deve ser na aplicação prática da língua, mostrando ao aluno como a gramática está viva e presente em sua comunicação diária.

Por fim, ao integrar o estudo gramatical com a leitura de textos autênticos e a produção textual, os educadores podem ajudar a formar alunos que não apenas conhecem as regras, mas que também são capazes de usá-las para se expressar com clareza e criatividade, garantindo que a gramática seja, de fato, um instrumento para o sucesso acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. C. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.

A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: Marcos Bagno et al. Língua materna: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo gramática?** In: Sírio Possenti (org). Mas o que é mesmo gramática? São Paulo: Parábola Editorial, p. 11-33, 2006.

GERALDI, J. W. **Concepções de linguagem e ensino de português.** In: GERALDI,

J. W. (Org.). **O texto na Sala de Aula.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2002, p. 39-46.

Da redação à produção de textos. In: CHIAPPINI, L (coord. geral).

Aprender e ensinar com textos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-24.

Portos de passagem. 4. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1997.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

A língua do Brasil amanhã e outros mistérios. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SOARES, M. B. **Concepções de linguagem e o ensino da língua portuguesa.** In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). Língua portuguesa: história, perspectivas, ensino. São Paulo: EDUC, 1998. p. 53-59.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática.** São Paulo: Cortez, 1996.